



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

### **MENSAGEM DE PROJETO DE LEI Nº 026 /2019**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador: **JOÃO MARCELO BINI**  
Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré

Encaminhamos a mensagem nº 026/2019, solicitando que seja apreciado o Projeto de Lei, o qual estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo poder público no Município de Almirante Tamandaré.

Contando com a acolhida e aprovação do referido Projeto de Lei, renovamos a Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR em  
11 de setembro de 2019.

**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 17 de setembro de 2019

Secretário



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

### **JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 026/2019**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Almirante Tamandaré Marcelo Bini e Excelentíssimos Senhores Vereadores.

O presente projeto de lei trata da normatização dos serviços de taxi no Município de Almirante Tamandaré, em caráter geral, especial e executivo.

Tendo em vista a defasagem da legislação reguladora desses serviços, e os inúmeros conflitos em virtude da falta de disposição atualizada, conta com a presteza e a dedicação dos nobres vereadores, e solicita que o mesmo seja apreciado.

É a justificativa.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 11 de setembro de 2019.

**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 17 / Setembro / 2019

Secretário



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

### **PROJETO DE LEI Nº 026/2019**

“ESTABELECE NORMAS GERIAS PARA O SERVIÇO DE INTERESSE PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO AUTOMOTOR LEVE DE ALUGUEL, MEDIANTE PAGAMENTO DE TARIFA ESTABELECIDA PELO PODER PÚBLICO.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná**, no uso das prerrogativas legais, e de acordo com o que estabelece o Art.69, VIII da Lei Orgânica do Município, submete a apreciação do Poder Legislativo Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

#### **CAPÍTULO I DOS SERVIÇOS DE TÁXI**

**Art. 1º** Esta Lei disciplina, no âmbito do Município de Almirante Tamandaré, a exploração do serviço de transporte de passageiros e bens em veículo de aluguel a taxímetro, atividade de interesse público, denominada genericamente de serviço de táxi.

**Art. 2º** O serviço de táxi no município de Almirante Tamandaré será outorgado mediante Termo de Autorização de Alvará e Licença para Trafegar, expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania depois de cumpridas as condições previstas nesta Lei e seus regulamentos, mediante processo que assegure participação aos interessados, e terá natureza discricionária.

**Parágrafo único.** Não será permitido o serviço de moto-taxi na cidade de Almirante Tamandaré.

**Art. 3º** Para fins de interpretação desta Lei consideram-se:

I – **AUTORIZATÁRIO** – taxista profissional autônomo detentor de Termo de Autorização, Alvará e Licença para Trafegar para prestar serviço de Táxi em Almirante Tamandaré.





## Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

II - **ALVARÁ:** Documento de exploração do serviço de Táxi, expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (SMSPC) a qual autoriza o detentor a explorar o serviço de Táxi;

III – **LICENÇA DE TRÁFEGO** - Documento expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, a qual autoriza o Taxista (permissionário) e aos condutores auxiliares (motoristas autônomos), a trafegar com o veículo Táxi.

IV – **CADASTRO DE CONDUTOR:** registro permanente dos condutores de veículo Táxi e dos automóveis utilizados nos Serviços de Táxi realizado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania.

V – **CERTIFICADO PARA TRÁFEGAR** – documento que autoriza determinado veículo a servir de instrumento de transporte de passageiros nos Serviços de Táxis;

VI – **LICENÇA DO CONDUTOR** – documento que habilita o profissional a conduzir veículo táxi no Município de Almirante Tamandaré expedida pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, desde que atendidos os critérios especificados no regulamento;

VII – **SERVIÇOS DE TÁXI** – serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público e aferida por taxímetro;

VIII – **TAXISTA AUTONOMO:** Pessoa natural a quem é outorgada Termo de Autorização para exploração dos serviços de taxi;

IX – **TAXISTA AUXILIAR DE CONDUTOR AUTONOMO** – motorista profissional, inscrito no cadastro de condutores de veículos/taxi, que exerce a atividade de condução de taxi, e trabalha em regime de colaboração com o taxista autônomo nos termos da Lei Federal nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

X – **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** – documento expedido pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania que autoriza o taxista autônomo a explorar o serviço de taxi no município Almirante Tamandaré;

XI – **PONTO** – ponto pré-fixado, sinalizado e oficializado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania para o estacionamento do veículo taxi.

**Art. 4º** Compete a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania todo o processo de regularização.

**Art. 5º** Fica proibido à prestação de serviço de moto taxi neste município.





## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

### **CAPÍTULO II DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI**

#### **SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS**

**Art. 6º** A inscrição no Cadastro de Condutores, fica condicionada ao preenchimento dos taxistas, dos requisitos estabelecidos nas Leis número 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 12.468, de 26 de agosto de 2011, notadamente.

- I – Estar habilitado para conduzir veículo automotor nas categorias B,C,D ou E, com a observação Exerce Atividade Renumerada – EAR;
- II – Curso de relações humanas, direção ofensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pela SMSPC;
- III – Licença de regularidade para Exploração do serviço de Táxi.
- IV – Licença de Regularidade de Tráfego.
- V – Ostentar boas condições físicas e mentais para exercer atividade de condutor de táxi;
- VI – Inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.
- VII – Não possuir antecedentes criminais, comprovado com certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro, tráfico de drogas e corrupção de menores;
- VIII – Regularidade tributária junto à Fazenda Pública da União;
- IX – Regularidade tributária junto à Fazenda Pública do Município;
- X - Certidão de condutor expedida pelo Detran-Pr;
- XI – Propriedade do veículo, incluindo a propriedade fiduciária, obrigatoriamente em nome do autorizatário.
- XII - As autorizações para prestação do serviço de táxi serão expedidas exclusivamente em favor de profissionais autônomos.
- XIII- não ser detentor de outorga de serviço público ou autorização de qualquer natureza expedida pela administração pública municipal;
- XIV- não ter vínculo ativo, direto e indireto, com o serviço público municipal.
- XV- Comprovar a quitação das obrigações militares, se do sexo masculino;
- XVI- apresentar regularidade eleitoral.

§ 1º O Taxista Autônomo poderá cadastrar até um Condutor colaborador.

§ 2º O condutor colaborador fica condicionado aos mesmos requisitos do motorista autorizatário.



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

**Art. 7º** O Município de Almirante Tamandaré, por meio da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, convocará os interessados através de edital de convocação para o cadastramento, regulamentado por “Decreto”.

### **SEÇÃO II DAS OBRIGAÇÕES DO CONDUTOR**

**Art. 8º** Constituem deveres e obrigações dos taxistas:

- I – Manter e zelar pelas características fixadas para o veículo;
- II – Dar a adequada manutenção ao veículo e seus equipamentos;
- III – apresentar periodicamente e sempre que for exigido, veículo para vistoria técnica,
- IV – Apresentar o veículo em perfeitas condições de conforto, segurança e higiene;
- V – Atender as obrigações fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;
- VI – Tratar com urbanidade e polidez os passageiros, o público e os agentes administrativos;
- VII – acatar e cumprir todas as determinações dos agentes de fiscalização e dos demais agentes administrativos;
- VIII – não ingerir bebida alcoólica em serviço ou quando estiver próximo do momento de inicia-lo;
- IX – Não efetuar serviço de lotação sem estar autorizado;
- X – Estar em posse do **ALVARÁ e a LICENÇA DE TRÁFEGO** expedido pela Secretaria Municipal de Segurança, momento que estiver dirigindo o veículo de TÁXI.
- XI – trajar-se adequadamente para a função;
- XII – não fumar no interior do veículo;
- XIII – Estar com a documentação do veículo e habilitação em ordem.

### **SEÇÃO III DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

**Art. 9º** Os táxis a serem utilizados no serviço deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I – Deverão ser de cinco portas;
- II – Terão cores laranja e símbolos padronizados pela Secretaria Municipal de Segurança descrito na regulamentação;





## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

III – dotado de taxímetro aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, com características para operação do serviço de táxi do Município de Almirante Tamandaré;

IV – Aprovado em vistoria a ser realizada pela Secretaria Municipal de Segurança através do DETRAN do município de Almirante Tamandaré-Pr;

V – Plaquetas de identificação do veículo fixadas no painel e porta traseira em braile;

VI – Câmeras de segurança com gravação de imagens, com instalação facultativa a critério do titular da licença;

§ 1º Compete a Secretaria Municipal de Segurança expedir o adesivo por estar de acordo com esta Lei e afixa-lo no veículo em local visível.

**Art. 10º** Todos os táxis, obrigatoriamente, deverão ser dotados de:

I – Extintor de incêndio de capacidade proporcional à categoria do táxi e modelo aprovado por resolução do Conselho Nacional de Trânsito;

II – Taxímetro ou aparelhos registrados, devidamente aferidos e lacrados pela autoridade competente e modelo aprovado pela Secretaria Municipal da Segurança Pública e Cidadania;

III – caixa luminosa com a palavra “TÁXI”, sobre o teto;

IV – Dispositivo que indique a situação “livre” ou “em atendimento”;

V – Cartão de identificação do proprietário e do condutor;

VI – Dispositivo que controla a luz na caixa luminosa;

VII – cintos de segurança em perfeitas condições.

**Art. 11** Os veículos inscritos ou a ser incluídos no sistema de exploração dos serviços de táxis, deverão ter no máximo 8 (oito) anos de idade, comprovados pelo ano/modelo, desde que apresentem plenas condições de uso e, comprovados mediante vistoria de oficina mecânica encaminhada pelo órgão competente.

**Art. 12** Os veículos com idade superior desta Lei, deverão ser substituídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, caso não ocorra será emitido provisoriamente o Alvará e Licença até a data máxima prevista para substituição em sua renovação.

**Art. 13** O veículo poderá ainda, utilizar suporte para transporte de bicicletas, respeitando as regras estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e pela Resolução nº 349, de 17 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou a que vier a alterar.

### **CAPÍTULO III SEÇÃO I**





## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

### **DAS AUTORIZAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI**

**Art. 14** O serviço de Táxi será autorizado somente ao taxista profissional autônomo, nos termos do art. 6º desta Lei.

**Parágrafo Único:** Ao motorista profissional autônomo somente poderá ser concedido um único Termo de Autorização, vinculado a um veículo de sua propriedade.

**Art. 15** O Termo de Autorização é ato unilateral e vinculado e pode ser cassado, revogado ou modificado a qualquer tempo pelo poder Executivo Municipal;

**Parágrafo Único** A cassação do Termo de Autorização, por parte do Poder Público Executivo Municipal, poderá ocorrer a qualquer tempo, proposto pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, quando configure a infração do Autorizatário ou seus prepostos às normas e regulamentos em vigor, assegurado à ampla defesa e ao contraditório, observadas as disposições do capítulo IV desta Lei.

**Art. 16** Homologado o resultado pela Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania, será publicado no diário Oficial do Município e o interessado terá o prazo preclusivo de 05 (cinco) dias para assinar o Termo de Autorização, contado da publicação.

**Art. 17** O Autorizatário terá o prazo preclusivo de 30 dias, contado a partir da assinatura do recebimento do Termo de Autorização, para apresentar o veículo nas condições previstas nesta Lei de modo a obter a competente "Licença para Trafegar".

**Parágrafo Único** – A não apresentação do veículo no prazo assinalado ou a apresentação fora das exigências regulamentares, importará na revogação de pleno direito da autorização, independentemente de notificação de qualquer natureza.

### **SEÇÃO II DO QUANTITATIVO DE TAXIS**

**Art. 18** A quantidade de taxis em circulação deve atender as necessidades da população do município de acordo com estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Segurança, os quais levarão em conta o desempenho operacional do serviço de taxi.



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

§ 1º Compete a Secretaria Municipal de Segurança fixar o número máximo de veículos taxi em circulação no Município de Almirante Tamandaré, de acordo com o interesse público.

§ 2º O poder Executivo Municipal poderá, através de Resolução da Secretaria Municipal de Segurança, visando o interesse público, ampliar o número de taxis em circulação no município.

§ 3º O estudo para o ajuste da frota terá início quando os dados operacionais apresentarem aumento populacional considerável.

§ 4º A relação taxi por habitantes não poderá ser inferior a 2860 habitantes por taxi e nem superior a 4000 habitantes por táxi, índice estabelecido com base na população estimada através de censo demográfico mais recente, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Art. 19** Compete a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania fixarem os novos pontos de estacionamento, localização e extinção, tendo em vista o interesse público.

**Parágrafo Único** Os novos pontos a serem fixados serão obrigatoriamente de categoria livre.

### **SEÇÃO III DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 20** Fica assegurada a transferência da autorização, no caso de abertura de sucessão hereditária, em decorrência do falecimento ou invalidez permanente do autorizatário, ou após 05 anos da data da autorização.

### **CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES.**

**Art. 21** Compete à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania em conjunto com o Departamento de Tributação:

**Parágrafo Único** No exercício desses poderes, compete dispor sobre a execução e autorizar, disciplinar, supervisionar e fiscalizar o cumprimento das normas legais e regulamentares pertinentes ao Serviço de Táxi e de operar nos assuntos relacionados com esse serviço, bem como, aplicar as penalidades cabíveis aos transgressores das normas previstas nesta Lei.

**Art. 22** As sanções administrativas a serem aplicadas ao Autorizatário do Serviço de Táxi e aos seus prepostos, consubstanciadas na penalidade





## Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

descrita neste artigo, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo Municipal:

- I – Advertência escrita;
- II - Multa;
- III - suspensão ou cassação do registro de condutores;
- IV - Suspensão ou cassação do Alvará da Licença;
- V – Suspensão ou cassação do Termo de Autorização;
- VI – Impedimento da prestação do serviço.

**Art. 23** Os condutores e/ou proprietários dos veículos que estiverem explorando a atividade de transporte de passageiros sem a previa autorização do Poder Público Municipal, sem prejuízo às demais infrações de trânsito previstas na legislação em vigor, ficarão sujeitos as seguintes penalidades:

- I – Multa administrativa;
- II – Em caso de reincidência o valor da multa será aplicado em dobro.

**Parágrafo Único:** O valor da multa de que trata os incisos I e II será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente e mediante ato do Poder Executivo.

**Art. 24** A penalidade será aplicada após a instauração de processo administrativo em que seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**Parágrafo único:** O procedimento referido no caput deste artigo, inclusive as instancias de recursos de aplicação de penalidades, será regulamentada por decreto.

## CAPÍTULO V DAS TARIFAS

**Art. 25** O poder Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelo serviço de Taxi no valor de 01 (uma) URM- Unidade de Referência Municipal para o taxista autônomo, e 01(uma) URM-Unidade de Referência Municipal para o motorista cadastrado, com base em estudo efetuado pela Secretaria Municipal de Segurança juntamente com o Departamento de Tributação.

**Art. 26** A composição, a metodologia e os critérios a serem observados na fixação da tarifa serão estabelecidos em Decreto.





## Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade  
Secretaria Municipal de Governo

DO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

DIA 17 de setembro de 2019

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Secretário

**Art. 27** Durante o procedimento de recadastramento, previsto nesta Lei, os “atuais permissionários” que demonstrarem o atendimento aos requisitos previstos na legislação, terão convertidas como autorização as permissões até então outorgadas.

**Art. 28** Os “atuais permissionários” que não se incumbirem de demonstrar o atendimento aos requisitos contidos nesta Lei, no prazo fixado, terão sua autorização reconhecida como caduca por parte da Administração Pública de Almirante Tamandaré.

**Art. 29** Fica estabelecido na presente lei a obrigatoriedade de reservar 3% (três por cento) da frota de veículos autorizatários dotados com acessibilidade para as pessoas com deficiência, bem como, a mesma quantidade de 3% para taxi executivo, não sendo preenchido o percentual as autorizações poderão ser destinadas normalmente.

**Art. 30** Os taxistas autorizatários deverão prestar diretamente, no mínimo, 30% do tempo de operação do táxi.

**Parágrafo único.** O serviço de táxi de que trata o caput reger-se-á pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município de Almirante Tamandaré, pelo Código de Trânsito Brasileiro, pelas disposições desta Lei, pelo seu regulamento e normas legais pertinentes.

**Art. 31** Fica proibido a paralização por mais de 30 dias na prestação de serviços de “Táxi” podendo neste caso incidir a extinção da autorização, salvo motivo justificado.

**Art. 32** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.

**Art. 33** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR  
em 11 de setembro de 2019.

APROVADO EM REDAÇÃO FINAL DISCUSSÃO

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO

POR DISPENSA

POR UNANIMIDADE

GERSON COLODELSALA DAS SESSÕES.

08 / 10 / 2019

SALA DAS SESSÕES.

Prefeito Municipal


Presidente



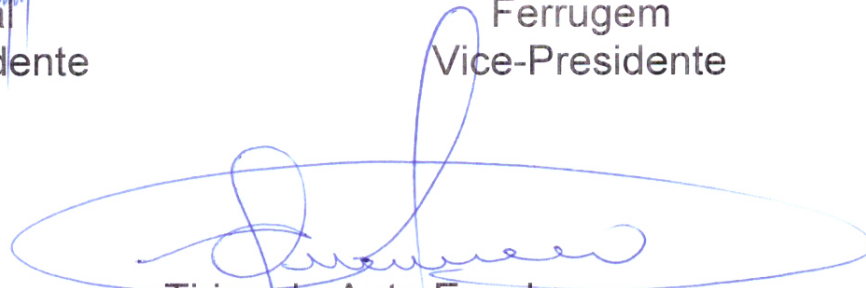
## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, reuniram-se os Vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar o **Projeto de Lei nº 026/2019 de autoria do Executivo Municipal assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Gerson Colodel, com a seguinte sumula:** “**Estabelece normas gerais para o serviço de interesse público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve de aluguel, mediante pagamento de tarifa estabelecida pelo Poder Público**”. Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou favoravelmente, encaminhando para os tramites normais.

  
Stival  
Presidente

  
Ferrugem  
Vice-Presidente

  
Tiriva da Auto Escola  
Membro